

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ANALISAR E DEBATER TEMAS  
RELACIONADOS AO SISTEMA DE GOVERNO SEMIPRESIDENCIALISTA –  
GTSISGOV**

**PLANO DE TRABALHO<sup>1</sup>**

**1 INTRODUÇÃO**

A discussão sistemática e persistente a respeito do formato institucional do regime político é uma prática corrente nas mais variadas nações. Não há provavelmente país nenhum em que a reflexão sobre os méritos e deméritos de suas instituições políticas e sobre a maneira de aprimorá-las não se renove periodicamente. Em alguns momentos, pesa mais, nessa reflexão, o objetivo de aperfeiçoar um quadro institucional que, em seus traços fundamentais, se mantém relativamente estável, enquanto em outros momentos ganha ênfase a discussão sobre mudanças de maior magnitude. Mas as duas vertentes da reflexão estão sempre presentes.

O Brasil passou, nas décadas de 1980 e 1990, por um período em que, dentro e fora do Congresso Nacional, as discussões de grande envergadura sobre o regime político ocuparam o centro das atenções, com setores sociais e políticos relevantes pregando mudanças na forma de governo, no sistema de governo, no sistema eleitoral e outras. A partir de meados da década de 1990, a ênfase passou gradativamente para a necessidade de regulamentar o funcionamento da república presidencialista (com sistema eleitoral proporcional) que se tinha imposto, inclusive com a participação popular direta, em plebiscito, nos anos anteriores. Embora mudanças de maior vulto seguissem sendo defendidas por setores que desconfiavam da viabilidade de longo prazo das decisões tomadas, elas claramente passaram a segundo plano.

A experiência recente tem revelado, contudo, inconsistências importantes no funcionamento do regime político. Não se trata, tampouco, de um caso excepcional. Em qualquer país, mesmo quando o formato institucional adotado se mostra à altura das expectativas por tempo considerável, ele pode começar a ser visto, em período

---

<sup>1</sup> A presente minuta se transformará no Plano de Trabalho do GTSISGOV após passar pela avaliação e receber sugestões do conjunto dos membros do Grupo na reunião de 30/03/2022.

subsequente, como um entrave à boa atuação do Estado. No caso brasileiro, enfrentamos, hoje, basicamente, dois problemas de vulto. Sofremos, de um lado, pela falta de mecanismos ágeis e efetivos para solucionar conflitos inarredáveis entre o Executivo e o Legislativo e, de outro lado, pela falta de mecanismos que responsabilizem efetivamente os parlamentares da base do governo pelas políticas governamentais adotadas. Os dois problemas estão no centro das questões referentes ao desenho institucional dos sistemas de governo, trazendo o tema, mais uma vez, pouco a pouco, para o centro dos debates nacionais.

Duas diretrizes importantes devem estabelecer parâmetros para qualquer reflexão sobre eventuais mudanças em nosso sistema de governo. Em primeiro lugar, ela deve guiar-se pelo objetivo fundamental e permanente de preservar e reforçar a natureza democrática do regime, garantindo que o funcionamento das instituições políticas proporcione a maior subordinação possível das decisões públicas aos ditames da população. Em segundo lugar, por conta de características específicas de nossa história recente, ela não pode afastar a regra da eleição direta de um presidente da República dotado de poder político efetivo. Esse segundo fator tem levado a que o sistema de governo semipresidencialista tome, frequentemente, a atenção de quem se preocupa com a eventual mudança do sistema de governo entre nós.

O presidente da Câmara dos Deputados tomou a decisão corajosa de dotar a discussão sobre sistemas de governo de enquadramento institucional adequado ao criar este “Grupo de trabalho destinado a analisar e debater temas relacionados ao sistema de governo semipresidencialista – GTSISGOV”. A decisão foi corajosa porque poderia vir a ser mal interpretada, como uma tentativa de mudar as regras em meio ao jogo. Não se trata disso, é claro. O objetivo do Grupo é tão somente o de organizar uma reflexão que se estenderá, por certo, para além de seu período de funcionamento e até da atual legislatura e que deve desenvolver-se independentemente de disputas políticas imediatas. Mas a decisão foi, principalmente, correta, pois a Câmara dos Deputados não pode excluir-se, por conta do calendário eleitoral, de discussões nacionais de grande magnitude. A correção de rumos no que toca ao funcionamento do sistema de governo no Brasil é uma exigência da realidade e não há motivo para adiar a reflexão institucional, cuidadosamente organizada, da matéria. Adiar sua discussão é expor-se ao risco de uma decisão impensada no futuro.

O Plano de Trabalho a seguir apresentado decorre diretamente dessas considerações iniciais. Ele pretende organizar a reflexão sobre a matéria de modo a deixar uma base sólida para futuros desenvolvimentos.

## **2 PLANO DE TRABALHO**

### **2.1 Divisão temática dos trabalhos**

A planificação dos trabalhos do GTSISGOV apoia-se em uma divisão temática que permita avançar do geral (Sistemas de Governo) para o particular (Semipresidencialismo no Brasil) na discussão de eventuais modificações a fazer no sistema de governo adotado em nosso País. A ordem proposta para a discussão é a seguinte.

<b>Macrotemas</b>
Sistemas de Governo
Semipresidencialismo
Semipresidencialismo no Brasil

### **2.2 Audiências Públicas**

O GTSISGOV realizará reuniões de audiência pública destinadas a ouvir especialistas no tema “sistemas de governo”, com destaque para o semipresidencialismo, de modo a recolher subsídios para a reflexão do Grupo e para a elaboração de seu Relatório.

Cada um dos dois primeiros macrotemas propostos na divisão temática dos trabalhos do Grupo (Sistemas de Governo e Semipresidencialismo) contará com uma reunião de audiência pública, enquanto ao terceiro macrotema (Semipresidencialismo no Brasil) serão destinadas duas reuniões, totalizando quatro reuniões de audiência pública.

Os especialistas indicados pelo coordenador do GT e pelos demais deputados que o compõem formam um banco de nomes da mais alta envergadura acadêmica, devendo ser chamados a compor as mesas de convidados nas reuniões de audiência pública em função do desenvolvimento dos trabalhos e de sua própria disponibilidade de horários. Em princípio, serão ouvidos três especialistas em cada reunião.

### **2.3 Seminário “Sistemas de governo”**

O GTSISGOV promoverá a realização de um Seminário referente ao tema “Sistemas de governo” com o objetivo de ampliar e consolidar, em um evento de maior porte, as reflexões realizadas nas reuniões de audiência pública. Embora o conteúdo temático do Seminário não se distinga significativamente do daquelas reuniões, haverá, nele, maior preocupação por agregar às discussões teóricas relatos das experiências efetivamente vivenciadas por atores de relevo – chefes de Estado e de governo, ministros de Estado e membros de gabinetes, entre outros – no âmbito dos principais sistemas de governo (presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo).

### **2.4 Conselho Consultivo**

O GTSISGOV dispõe, por força do próprio Ato que o criou, de um Conselho Consultivo formado por personalidades indiscutivelmente credenciadas para contribuir com a reflexão sobre os sistemas de governo, em geral, e o sistema semipresidencialista, em particular. A elas será franqueada, de forma contínua, a participação, individual e coletiva, nos estudos levados a efeito pelo GTSISGOV, por meio de reuniões, envio de documentos, visitas ou quaisquer outras formas de interação aplicáveis ao caso.

Os membros do Conselho Consultivo estão permanentemente convidados a participar das reuniões – de audiência pública e outras – do GTSISGOV. Haverá, ademais, reuniões especificamente destinadas a que o Conselho Consultivo se manifeste sobre cada um dos três macrotemas propostos na divisão temática dos trabalhos do Grupo. As reuniões especialmente destinadas ao diálogo com o Conselho Consultivo acontecerão na semana posterior à da última reunião de audiência pública realizada sobre cada um dos três macrotemas (Sistemas de Governo, Semipresidencialismo, Semipresidencialismo no Brasil).

## **3 PRODUTO FINAL**

O produto final a ser apresentado pelo GTSISGOV será um Relatório das discussões levadas a cabo no Grupo e um sumário das conclusões alcançadas. A preocupação principal do Relatório será com a avaliação da viabilidade da mudança do

sistema de governo brasileiro em direção ao semipresidencialismo e com a definição de diretrizes para a eventual elaboração de proposição voltada à adoção do sistema de governo semipresidencialista ou a introduzir outras modificações no sistema de governo hoje vigente.

#### **4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

O cronograma de atividades a seguir apresentado é de natureza propositiva e se sujeitará a alterações conforme se mostre necessário ao bom andamento dos trabalhos do GTSISGOV. Observe-se que o cronograma pode ser estendido por mais três semanas sem que se extrapole do período de 120 dias de funcionamento previsto no Ato de criação do Grupo. Trata-se, primeiro, de uma precaução, por conta de eventuais imprevistos que impeçam o respeito rigoroso às datas estabelecidas no cronograma. Mas há também a preocupação de garantir tempo para a concretização de propostas fecundas que eventualmente surjam ao longo dos trabalhos.

<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>	<b>MACROTEMA</b>
23/03/2022	Instalação do GT	-
30/03/2022	Definição do Plano de Trabalho	-
06/04/2022	1ª Reunião de Audiência Pública	Sistemas de Governo
13/04/2022	1ª Reunião com o Conselho Consultivo	Sistemas de Governo
20/04/2022	2ª Reunião de Audiência Pública	Semipresidencialismo
27/04/2022	2ª Reunião com o Conselho Consultivo	Semipresidencialismo
04/05/2022	3ª Reunião de Audiência Pública	Semipresidencialismo no Brasil
11/05/2022	4ª Reunião de Audiência Pública	Semipresidencialismo no Brasil
18/05/2022	3ª Reunião com o Conselho Consultivo	Semipresidencialismo no Brasil
25/05/2022	Seminário “Sistemas de Governo”	
01/06/2022	Reunião – Discussão Interna	-

08/06/2022	Apresentação e Discussão do Relatório	-
15/06/2022	Votação do Relatório	-